

Priscila Moreira de Souza

Educação não formal e seus desafios

CELACC/ECA-USP

2013

Priscila Moreira de Souza¹

Educação não formal e seus desafios

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura produzido sob a orientação do Prof.º Dr.º Denis de Oliveira.

CELACC/ ECA – USP

2013

¹ Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade São Judas Tadeu. Este artigo foi redigido como trabalho de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Mídia, Informação e Cultura, organizado pelo Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação da ECA/USP, no ano de 2013, sob orientação do Profº Dr.º Dennis de Oliveira

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre educação não formal no Brasil, destacando fatos históricos importantes. Busca compreender a importância da existência de relações de aprendizagens que extrapolem os muros escolares e que despertem o interesse do sujeito para a sua formação crítica. As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de cidadania e nos grupos de lutas contra desigualdades. O objetivo deste artigo é compreender a necessidade em existir grupos educacionais que extrapolem os parâmetros formais escolares e que permitam aos jovens refletir sobre o seu lugar como sujeito no mundo.

Palavras – chave: Educação não formal, formação do jovem, cidadania, movimentos sociais.

Abstract

This article presents a study on non-formal education in Brazil, highlighting important historical facts. Seeks to understand the importance of learning relationships that go beyond the school walls and to arouse the interest of the subject to their training critical. The practice of non-formal education usually develop in social organizations, movements in citizenship programs and groups fighting against inequalities. The objective of this paper is to understand the need for educational groups exist that go beyond the formal parameters school and enabling young people to reflect on their place in the world as a subject.

Keywords: Non-formal education, training young citizens, social movements

Resumen

En este artículo se presenta un estudio sobre la educación no formal en Brasil, destacando importantes hechos históricos. Trata de comprender la importancia de las relaciones que van más allá de los muros de la escuela de aprendizaje y despertar el interés del sujeto a su formación crítica. La práctica de la educación no formal generalmente se desarrollan en las organizaciones sociales, los movimientos en los programas y grupos que luchan contra las desigualdades de ciudadanía. El objetivo de este trabajo es entender la necesidad de que existan grupos educativos que van más allá de la escuela parámetros formales y permitir a los jóvenes a reflexionar sobre su lugar

en el mundo como sujeto.

Palabras clave: educación no formal, capacitación ciudadanos jóvenes, los movimientos sociales.

Sumário

1. Introdução	9
2. Contexto histórico da Educação no Brasil	10
3. Espaços para educação não formal	13
4. A educação não-formal em ação	16
5. Considerações finais	21
6. Referências Bibliográficas	23

1. Introdução

A educação é um dos direitos fundamentais para que o sujeito tenha acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade e, portanto, deve ser tratada como prioridade pelo Estado, e também pela sociedade que deve incentivar os jovens na busca constante pelo conhecimento seja científico ou o autoconhecimento.

O interesse em realizar esta pesquisa se despertou quando a autora trabalhou em um projeto social na região da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo. Na época, o projeto atendia cerca de 100 adolescentes e jovens da região, eram oferecidas oficinas socioeducativas no contraturno escolar. É uma espécie de parceria com as escolas da região já que para o educando cursar as atividades é preciso estar matriculado. O foco deste trabalho está na tentativa de identificar e analisar o conceito de educação não formal fora dos espaços institucionais escolares.

O tempo de permanência do aluno na escola já foi tema de diversos debates e pesquisas, tanto que em meados dos anos 1990 foi implantada a Nova Lei de Diretrizes e Bases (nº 9394/96), dando evidência em seu artigo 34 à importância e necessidade da educação escolar ser oferecida em turno integral para contribuir com o desenvolvimento dos educandos.

Porém, de acordo com o atual cenário da educação nacional, são raras as exceções de prefeituras que implantam projetos escolares integrais². Considerando a quantidade expressiva de alunos e a quantidade de escolas existentes, para suprir a necessidade de atendimento seria preciso que as escolas tivessem dois ou três turnos diferentes.

Deve-se ponderar que a educação não se restringe ao espaço escolar, já que os processos educativos são intrínsecos ao ser humano e estão disponíveis em todos os locais onde existam atividades em conjunto. Este artigo pretende explicar os dois tipos mais comuns de educação: a formal e a não formal.

Para Maria da Glória Gohn a educação não formal é aquela “que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas do cotidiano” (GOHN, 2011, p.113).

Neste cenário compreende-se que o indivíduo permanece durante toda a sua vida

² O estado de São Paulo implantou o projeto “Escola de Tempo Integral” em 53 unidades de ensino durante o ano de 2013. O projeto na íntegra pode ser conferido em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf>.

e em todos os espaços que frequenta aprendendo e passando pelo processo educativo, seja em atividades pré-programadas, em trocas de experiências com os amigos ou familiares ou ainda em ações coletivas em redes de indivíduos da sociedade civil.

Paulo Freire (1970) defende a teoria de que não há distinção entre o pensar e sentir, ambos estão inteiramente ligados e articulados. Para ele, essa comunicabilidade extrema transforma o corpo físico em um *corpo consciente*, o que explicaria a sabedoria popular de que os indivíduos sabem por que sentem, já que não existe outra justificativa para o fato de compreender como um sujeito que sequer aprendeu a ler ou escrever sabe quando irá chover pelo canto dos pássaros, por exemplo.

A educação se dá em todos os espaços físicos territoriais onde transcorrem atos educativos mesmo que involuntários. Seja nas instituições escolares regulamentadas por leis, certificados e organizadas por diretrizes nacionais ou em espaços educativos localizados em territórios informais, onde existem processos interativos intencionais ou não de educação. Estes espaços educativos são inúmeros e podem estar presentes desde a casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube, a igreja ou local de culto, a cidade, entre outros.

Além destes espaços, existem hoje diversos projetos sociais propostos por Organizações Não Governamentais e associações que visam preencher as lacunas deixadas pelas escolas. São muitas as instituições que atendem crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo atividades voltadas para o seu desenvolvimento socioeducativo-cultural.

2. Contexto histórico da Educação no Brasil

Historicamente, o Brasil sempre teve problemas com a educação escolar de seu povo, no passado os indivíduos que deveriam ter acesso ao saber eram selecionados por uma série de critérios, dentre elas, sua classe social. A partir desta concepção, negros e índios, eram considerados seres inferiores, objetos de catequese e de doutrina, para tornarem-se obedientes e passivos.

Para Ghiraldelli Jr. (2003), naquela época a educação era um “negócio” das elites e pertencente à esfera privada. O sistema educacional brasileiro começou mesmo pelo ensino superior, destinado aos filhos das elites brancas, ainda que tenha se tornado mais tarde, politicamente independente e, posteriormente, republicano.

A base de expansão da industrialização capitalista, a migração interna e a urbanização trouxeram discussões nacionais acerca do problema da educação escolar. Conforme assinala Ghiraldelli Jr. (2003), o século XIX se constituiu em um importante marco na história do desenvolvimento do capitalismo industrial, alterando tudo o que estava à sua volta e impondo a organização de uma nova rede de relações não só comerciais, mas também sociais.

Desde então, o país passou por diversos processos na tentativa de encontrar uma forma efetiva de educação e que englobasse todas as camadas sociais. Para Freire, o acesso à educação não é apenas ligado a estruturas escolares, mas sim à maneira do indivíduo ter voz e falar para o mundo. Em seu ensaio “Ação cultural para a liberdade” o autor ressalta:

Aprender a ler e escrever deve se constituir numa oportunidade para que os homens conheçam o verdadeiro significado da expressão dizer a palavra: um ato humano que implica reflexão e ação. Como tal, trata-se de um direito humano primordial, e não privilégio de uns poucos (Freire, 1976 apud; Lima, 2011, p. 92).

As estruturas educacionais como são conhecidas hoje foram marcadas diversas ações na década de 1980. Apesar de ser considerada como a década perdida economicamente, o país teve muitos ganhos sociopolíticos, como os movimentos de “Diretas Já”, a organização de categorias profissionais, a formação de associações e sindicatos e a elaboração e efetivação de leis sociais.

Neste período, cresceram as demandas educacionais, possibilitando discussões e análises da sociedade e no meio popular, para o atendimento às diversas problemáticas da população, tais como: educação ambiental, cidadania, saúde pública e sanitária, crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais, crianças vítimas de abuso sexual, uso de drogas pela juventude, entre outros.

Outro destaque na área da educação escolar na década de 1980 foi a proposta de elaboração de um projeto nacional de uma Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que resultou em meados dos anos 1990 na implementação da lei que determina e regulamenta a atividade de ensino formal no país.

Observa-se hoje no Brasil que o conceito de educação não se restringe à ação de ensinar e ao processo de aprendizagem no interior de instituições escolares formais, extrapolando os muros da escola para os espaços domésticos, comunitários, do trabalho, do lazer, das relações sociais.

Assim, organiza-se um novo campo da educação o da educação não formal. Nos anos da década de 1990, a educação não formal passou a ter um lugar de destaque no cenário nacional frente às mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Foi valorizado o aprendizado grupal, bem como os valores culturais que revelam o indivíduo em suas habilidades e potenciais extracurriculares.

Essa modalidade apresenta processos educativos que ocorrem fora das escolas, em situações organizacionais da sociedade civil, ações coletivas referentes ao terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades sem fins lucrativos da área social e ainda projetos comunitários e sociais, através de parcerias das escolas com a comunidade.

Para estudar a educação não formal, é preciso antes de qualquer passo, entender os conceitos de educação formal e não formal, para assim distingui-los e interpretá-los. Afonso (1989) faz essa distinção em termos de oposição e demarca os campos de desenvolvimento de cada uma delas:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989: p.78)

Assim, estas duas modalidades educacionais distinguem-se em relação à ausência ou presença de algumas características e de diferentes intenções da ação educativa. A educação não formal existe para complementar a educação formal e não para substituí-la. É preciso que se tenha claro as suas individualidades, mas também a complementaridade de ambas.

A educação formal possui estruturas burocráticas com hierarquias e órgãos superiores para garantir o cumprimento de currículos e ordens pré-estabelecidas. É representada por escolas e universidades. Tem uma característica normativa e sistêmica.

Já a educação não formal é menos burocrática, não está submetida a sistemas normativos. As próprias escolas podem desenvolver projetos nesta área, as organizações

não governamentais (ONGs), as igrejas, os sindicatos, as associações de bairro, a mídia ou a própria rua.

Na educação não formal a categoria espaço e tempo são flexíveis. Cada indivíduo aprende em seu determinado tempo, sendo respeitados os limites e o ritmo de cada um. Nela, os processos educativos estão dentro de todas as ações de coletivos da sociedade civil. Ela não deve ser vista, em hipótese alguma, como um tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar.

O conceito de educação formal é mais do que tudo, um conjunto de saberes para a vida em coletividade. Essa formação envolve tanto a aprendizagem de ordem subjetiva – relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas –, como a aprendizagem de habilidades corporais, técnicas e manuais, que capacitam os participantes para o desenvolvimento de uma atividade de criação.

Freire (2011) ressalta que tanto o educador formal quanto o não formal deve ter em mente que a educação é encontrada em todos os espaços e relações em que o indivíduo vive:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação (Freire, 2011: p.50).

Cabe ressaltar que a educação não formal é um processo que permanece durante toda a vida, que as pessoas adquirem, compartilham e acumulam conhecimentos, por meio das experiências diárias com seus amigos, família, clube etc. É um método espontâneo e não organizado e, cada aprendizado, é carregado de valores, crenças e marcas culturais.

3. Espaços para educação não formal

Se antes os espaços para conhecimento eram limitados aos muros escolares, hoje todos os locais onde há relações entre os indivíduos podem ser considerados como espaços de aprendizagem.

A sociedade civil se fortalece como um ambiente de difusão do conhecimento por meio de ONGs, associações, sindicatos, igrejas, entre outros, por outro lado, o

ciberespaço assume cada vez mais o papel de facilitar por meio da internet, o acesso ao conhecimento independente da localização do indivíduo.

Hoje se confirma o que Herbet Marshall McLuhan (1969) afirmava ainda na década de 1960, o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço transforma a ideia de espaço para aprendizagem aprende-se aqui, ali ou em qualquer lugar.

Cabe a este novo educador assumir o papel de mediador e não apenas de transmissor de conhecimento. O aluno cercado de meios em que se educa sozinho é o sujeito de sua própria formação.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos (FREIRE, 2000: p. 67).

Hoje se verifica que para aprender é preciso antes de tudo estar envolvido profundamente com aquilo que se propõe saber. O ensino deve fazer sentido à vida do sujeito e não apenas um item a mais na grade curricular.

À medida que todos os espaços disseminam informação é preciso que seja feita uma seleção crítica de conteúdo, pois existem diversas vertentes educacionais que retiram o papel ideológico da educação e torna os conteúdos como formas de manipulação, seja política, ideológica ou econômica.

Segundo Habermas (1994), o mundo sistêmico possui mecanismos de regência e de controle, que favorecem a sua autorreprodução: o meio *dinheiro*, que rege o sistema economia e o meio *poder*, que exerce a regulação do sistema político. Será através desses dois meios que o sistema fará suas tentativas de manter o controle social e a manipulação do saber. O dinheiro torna-se o principal mecanismo de intercâmbio, transformando os valores de uso em valores de troca; o trânsito natural de bens em trânsito de mercadorias. O poder volta-se prioritariamente para a proteção sistêmica em detrimento das necessidades e demandas dos grupos sociais e dos indivíduos.

O sistema realiza uma porção de procedimentos procurando interferir, por intermédio do planejamento administrativo escolar, na esfera cultural, fazendo com que esta, que tradicionalmente se reproduz por suas próprias condições e se orienta por

critérios autolegitimadores, passe a depender da constituição e da legitimação sistêmica. Dessa forma, assuntos culturais e tradições, bases da educação, que se constituíam previamente em condições limítrofes para o mundo sistêmico, acabam sendo incorporados à área do planejamento administrativo. Habermas atesta isso quando escreve:

A eficácia peculiar desta ideologia reside em dissociar a autocompreensão da sociedade do sistema de referência da ação comunicativa e dos conceitos de interação simbolicamente mediada, e em substituí-lo por um modelo científico. Em igual medida, a autocompreensão culturalmente determinada de um mundo social de vida é substituída pela autocoisificação dos homens, sob as categorias da ação racional dirigida a fins e do comportamento adaptativo (Habermas, 1994: p.74).

Neste contexto, deve-se despertar para a questão do conhecimento, já que para inovar é preciso conhecer. E isso é essencial para a vida humana - é o conhecimento que distingue o homem dos outros animais. Freire em seu ensaio *A liberdade cultural na América Latina*, diz:

A diferença fundamental entre o animal, cuja atividade vai além da mera produção, e o homem, que cria o domínio da cultura e a história através de sua ação no mundo, é que apenas o último é um ser de práxis. Um ser que cria e que sabe um transformador e criador. Que o homem, em sua permanente relação com a realidade, produz não apenas bens materiais coisas sensíveis e objetos, mas também instituições sociais, ideológicas, arte, religiões, ciências e tecnologia (FREIRE, 1970: p.167-168).

Para Freire (1970), o homem pode ser tratado como objeto por sistemas sociais opressivos, porém a sua relação com o mundo deve ser despertada como um sujeito criativo que possui a capacidade de pensar e de comunicar. Para ele, a comunicação é definida como sendo um “encontro entre os homens, mediado pela palavra, a fim de dar nome ao mundo”. Ele ainda ressalta:

Na medida em que os opressores desumanizam os outros e violam seus direitos, tornam-se, eles mesmos, desumanizados. Na medida em que os oprimidos, lutando para tornarem-se humanos, retiram dos opressores seu poder de dominar e reprimir, restauraram aos opressores a humanidade perdida no exercício da opressão (FREIRE, 1977: p.29).

Os processos de educação não formal, independente do espaço, trabalham o sentido de despertar a cidadania no indivíduo e fazê-lo se enxergar como cidadão consciente e não apenas como sujeito a ser manipulado pelos processos de mercantilização da cultura e da educação. São muitos os documentos que preconizam o direito à educação de forma plena, como atenta Gohn (2001):

[...] a educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem as suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política do direito dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um conselho de escola poderá desenvolver esta aprendizagem. O segundo, capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto é aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar em formas e espaços diferenciados (GOHN, 2001: p. 98-99).

Consideramos, nesse sentido, que a educação não formal pode possibilitar a conquista da cidadania aos indivíduos, pois oportuniza um processo de conscientização de seu contexto sócio-histórico, transformando-o em um cidadão participativo e crítico.

4. A educação não-formal em ação

Embora a educação não-formal não se limite a espaços físicos, observa-se que inúmeras instituições procuram destinar o seu trabalho para construir junto com a comunidade práticas sociais nas quais o sujeito possa se enxergar como cidadão com todos os seus direitos e deveres.

São inúmeros projetos que – tentam – construir este processo envolvendo todos os membros da família. Os pais ou responsáveis são convidados para fazer parte de conselhos, fóruns ou assembleias populares onde procuram alternativas viáveis como forma de solução para os problemas da comunidade. As crianças ou jovens, por sua vez, participam de oficinas socioeducativas nas quais a reflexão sobre o seu papel social é o centro das discussões.

Estes encontros despertam a ânsia pelo encontro de sua identidade, muitas vezes esquecida por conta da repressão do Estado, entre outros motivos, e passam a cobrar políticas públicas eficientes.

Para Freire (1970), quando os oprimidos participam de processos em que conseguem refletir sobre a sua própria situação no mundo, sua atitude tende a mudar, a cobrar e exigir condições diferentes, “na medida em que o homem, embora analfabeto, descobre a relatividade da ignorância e da sabedoria, ele retira um dos fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites” (FREIRE, 1970: p.142). O autor ainda comenta:

Os homens são porque são em uma situação. E serão mais quanto mais não apenas refletirem criticamente sobre sua existência, mas atuarem criticamente sobre ela. Refletir sobre a situação é refletir sobre a condição mesma da existência: é o pensamento criativo por meio do qual os homens se descobrem “numa situação”. Somente quando esta situação deixa de se apresentar como uma realidade densa e sufocante ou uma angustiante escuridão, e os homens passam a percebê-la como situação objetiva problemática – somente então pode ocorrer o comprometimento. Os homens emergem de onde se encontram mergulhados e adquirem a capacidade de intervir na realidade na medida em que esta é desvendada. A intervenção na realidade – ela própria consciência história – representa, portanto, um passo à frente em relação à emergência, a deriva da conscientização da situação. A conscientização é o aprofundamento da atitude de consciência característica de toda emergência (FREIRE, 1970: p.119-120).

À medida que o homem reflete sobre sua situação no mundo, tende a tornar-se um ser diferenciado e sujeito de suas próprias ações. Libertos de opressões são capazes de agir criticamente em relações com o mundo e os outros.

O projeto escolhido para ser analisado é o Espaço Criança Esperança de São Paulo. Conhecido como ECE – SP é um centro de atenção em tempo integral que oferece atividades esportivas e socioculturais, em horário complementar à escola. O Espaço foi criado a partir de um modelo de parceria que reúne uma instituição gestora, empresa privada, o poder público e uma instituição internacional, o Espaço tem como objetivo contribuir para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, através de oficinas, da mobilização da comunidade e da promoção de oportunidades, conseguidas por meio de parcerias.

Na prática o projeto não é tão impactante socialmente como deveria. São poucos os jovens que alteraram sua condição social por conta das discussões ali levantadas. Ainda é preciso mais dedicação e estudo para lidar com um cenário tão complexo

quanto ao da região da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo. A região possui um dos piores índices de vulnerabilidade social entre os jovens da cidade, segundo dados da pesquisa “Territórios da Juventude” produzida pelo programa “Jovens Urbanos”. Existem hoje na região cerca de 27.300 jovens, com pouquíssimas opções de lazer. O índice de mortalidade entre a população masculina de 15 a 19 anos é de 354.6 mortes por homicídios para cada 100 mil habitantes, ou seja, uma região que merece ser estudada e enxergada pelas autoridades.

O interesse em estudar este projeto surgiu a partir da imersão da autora nesta realidade. Trabalhou durante 2 anos no projeto, sendo responsável pela área de comunicação e frequentemente realizava projetos com os educandos do local. Durante este período pode perceber o quanto é frágil à reflexão dos adolescentes sobre sua realidade social, tanto que pouquíssimos conseguem planejar seu futuro. Não conseguem enxergar o amanhã, pois não sabem se quer se terão o que comer ao final do dia. Como a maioria dos adolescentes são imediatistas e o que importa é conquistar o que se deseja hoje. São muito influenciados pela mídia e acreditam que fazer parte de um projeto “apoiado” pela Rede Globo lhes trará status social.

As entrevistas foram feitas durante o período em que a autora trabalhou no projeto. Foram entrevistas livres, em conversas informais com cerca de 5 jovens com histórias mais impactantes.

Dos jovens atendidos no projeto durante o ano de 2011, dois deles conseguiram alterar sua realidade. PA³, 17 anos mora na região desde que nasceu, vive com a mãe e três irmãos. Foram abandonados pelo pai quando pequenos. A mãe queria que o filho conseguisse um emprego para ajudar nas despesas do lar desde os 15 anos, mas a paixão da vida de P. A. sempre foi a capoeira. Ele treinava no projeto desde os 11 anos, no contraturno escolar, e sonhava com o dia em que poderia dar aulas e alterar a vida dos jovens da região, como diz que a capoeira alterou a sua. Quando indagado sobre as principais diferenças entre projetos de educação não formal e a Escola é categórico em dizer que na Escola os ensinamentos são fechados, já no projeto quem dita o andamento do aprendizado é o próprio jovem. Afirma ele:

Escola é muito centrada em assuntos fechados que o governo manipula até onde vai seu conhecimento, nas escolas os jovens não têm liberdade de expressão muito menos de praticar cultura e não

³ Por ser menor de idade o jovem teve sua identidade preservada.

aprendem como reivindicar os direitos para um mundo mais socialista, é meio que uma manipulação para o andamento que futuro irá tomar. [...] Para mim, o projeto foi um grande veículo de inclusão, eu ter participado das oficinas me permitiram ser mais valorizado não apenas onde moro, mas sim, em qualquer lugar. A grande importância em se ter um projeto desses na comunidade é de realizar sonhos que, às vezes, por falta de recursos, os jovens partem para a violência ou para as drogas.

Por meio de uma parceria entre o projeto Espaço Criança Esperança de São Paulo e o Instituto CRIAR, PA que sempre estudou em escolas públicas, participa hoje de um curso profissionalizante de cenografia e pretende seguir carreira profissional nesta área.

Outra participante do projeto foi LD⁴. Hoje com 19 anos e mãe de uma criança de seis meses. A jovem fazia parte das oficinas de capoeira, agência de comunicação e rádio. Esperta e atenta em tudo, logo conseguiu um estágio como jovem comunicadora no projeto Viração, por meio, de uma parceria do Criança Esperança. LD tinha uma estrutura familiar complicada. Vivia com a avó, a mãe tinha mais dois outros filhos novos, frutos de outro relacionamento e nunca conheceu o pai. LD tinha um relacionamento amoroso com outro jovem do projeto e engravidou. Sua gravidez foi turbulenta e sofrida, o pai da criança não assumiu e engravidou mais duas outras jovens do projeto. LD abandonou os estudos por não conseguir conciliar os cuidados com a criança e os cursos.

AS⁵ sempre foi muito participativa no projeto. Atuou nas oficinas de dança e sempre era a responsável por cuidar das discussões trazidas para o grupo. Assim como PA, AS participou do processo seletivo para os cursos profissionalizantes do CRIAR e ali descobriu a sua nova relação com o mundo. É moradora da região da Brasilândia, sempre teve o apoio de sua mãe em todas as atividades. Quando indagada sobre a importância em ter feito parte de um projeto de educação não formal, Sampaio é categórica em dizer que foi a melhor experiência de sua vida:

As atividades do projeto acrescentaram *diversas culturas* ao meu dia a dia [...] aprender a lidar com as diferenças das pessoas, respeitando-as, e tendo a oportunidade de conhecer algo novo a cada desafio proposto. Na escola, o aprendizado é muito quadrado, seguimos uma linha padrão. Já no projeto, as coisas se organizavam de acordo com as

⁴ Idem ao ³

⁵ Idem ao ³

turmas, tivemos a oportunidade de sempre aprender algo diferente, não só de coisas específicas, mas que englobam um geral, como trabalho em grupo, respeito, e até mesmo um autoconhecimento. [...] acredito que o tempo que passei dentro do projeto serviu para expandir mais meus conhecimentos, minha visão sobre as coisas. Valeu como uma experiência de vida.

AS permanece participando das oficinas do Instituto Criar e também pretende seguir carreira na área.

Observa-se em todos os depoimentos que, apesar das decisões sobre o futuro do sujeito depender exclusivamente de suas escolhas, a participação em um projeto onde as reflexões sobre identidade, cultura e formação crítica do indivíduo como cidadão são fundamentais para que ele consiga se enxergar no mundo e construir sua própria formação.

A instituição escolar vive hoje uma crise, pois sofre a queda de seu prestígio pela ineficácia importância simbólica como ordenadora da sociedade. A falta de planejamento no trato com o aluno jovem a enfraquece e faz com que muitos deles vejam-na como mera reprodutora de normas, sem que cumpra a sua função de mediadora de discussões sobre sujeito no mundo.

Os jovens por sua vez enxergam em projetos de educação não formal a solução para encontrar respostas que não conseguem nas escolas formais. Mas, segundo Freire (1998), as escolas apenas refletem as exigências – ou a falta delas –, dos sujeitos da sociedade, conforme destaca:

Não é a educação sistemática que de certa forma molda a sociedade, mas ao contrário, a sociedade é que, segundo sua estrutura particular, conforma a educação de acordo com as necessidades e interesses daqueles que controlam o poder. [...] Não podemos negar o enorme papel que o sistema educacional desempenha na preservação e reprodução do modelo social que garante a sua sobrevivência, ou ignorar que nem todos aqueles que passam por este sistema obtêm os mesmos resultados. Contudo, isto não nos autoriza atribuir ao sistema educacional um poder que ele não tem, qual seja, o de criar uma sociedade; como se fosse uma entidade maior que esta [...] Uma transformação radical do sistema educacional depende da transformação radical da sociedade. (FREIRE: 1978 apud Lima, 2011: p.136).

Uma das maneiras de alterar essa situação é por meio das reflexões na dimensão política, implícita a própria práxis humana na construção de novas identidades.

5. Considerações finais

A necessidade de se pensar sobre os processos educativos para jovens já foi tema de muitos trabalhos nos mais diversos campos de estudos. O alto índice de mortalidade dos jovens na região da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo, desperta a atenção dos poderes públicos e privados e requer atitudes imediatas.

Se por um lado as instituições escolares da região se sentem limitadas a explorar outras atividades mais reflexivas, os projetos de educação não formal entram em cena na tentativa de encontrar alternativas para a crítica situação local.

Com a proposta de despertar nos jovens atendidos pelo projeto interesse por questões culturais e reflexões sociais, sujeitos se unem dispostos a quebrar a barreira existente que os impedem de refletir os problemas que vivem. As instituições acreditam que o conhecimento ali compartilhado darão frutos que irão possibilitar os jovens a mudança da realidade em que vivem.

A ideia é tornar o ambiente escolar uma espécie de comunidade pedagógica comunicativa em que os alunos, professores, funcionários e familiares conversem entre si e busquem alternativas para enfrentar os problemas existentes naquela região, não necessitando de intermediadores, como é o caso dos responsáveis por projetos de educação não formal.

Para tanto, a escola é desafiada a promover a reflexão sobre os pressupostos e os interesses que estão na base dos conhecimentos e das práticas que desenvolve cotidianamente, possibilitando que toda a comunidade escolar se torne uma organização que fundamente suas ações críticas, éticas e estéticas.

Os projetos de educação não formal não são nem de longe solução para os problemas da comunidade periférica, mas são o primeiro passo em busca da libertação da alienação que os cerca. A oportunidade de fazer parte de grupos de discussões críticas possibilitam a auto reflexão sobre os problemas sociais que os cercam. O conhecimento e a valorização cultural de suas raízes também são fundamentais para que o jovem consiga enxergar o seu papel no mundo.

A cultura é, portanto, resultado da práxis do trabalho do homem em sua relação dialética com o mundo. Ela é um processo de troca sempre permanente entre os sujeitos e é este despertar para questões culturais que os projetos de educação não formal buscam.

A ideia não é eliminar da vida dos jovens os conteúdos pré-estabelecido pelas instituições formais, mas possibilitar o seu acesso a assuntos distintos dos tratados na escola, pois só assim será possível contribuir para o desenvolvimento de cidadãos críticos e capazes de alterar a condição que vivem por si sós, sem o auxílio de indivíduos de fora do seu habitat. Será com estas atitudes que construirão suas próprias identidades como cidadãos no mundo e para o mundo.

6. Referências Bibliográficas

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-formal: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves, S. R. Stoer. **A Sociologia na Escola** Porto: Afrontamento, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes Necessários à Prática Educativa. 43ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

_____. **Cartas a Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001a (Coleção Questões da Nossa Época, v. 84).

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media). São Paulo: Cultrix, 1969.

SALAMON, P. Ana. **Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária** (CENPEC), 15 de Maio de 2013. Disponível em <http://maps.mootiro.org/project/35>.

